

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011077-18.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Embargante: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**
 Embargado: **João Carlos Pereira**

Vistos.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL opôs embargos à execução fundada em título judicial que lhe move JOÃO CARLOS PEREIRA, afirmando excesso de execução, pois a dívida real gira em torno de R\$ 40.800,00, pois necessário excluir-se o pagamento de competência junho de 2015. Também argumentou com a inadequação da utilização do IPCA-E como critério de correção monetária.

O embargado concordou.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A impugnação da autarquia decorre do fato de que houve pagamento do benefício acidentário em junho transato, razão pela qual deve-se excluir esse montante, do cálculo apresentado em execução. O embargado concordou com a alegação.

Também não houve irrisignação do embargado, quanto ao incide de correção monetária a ser utilizado, especificamente o critério estabelecido na Lei 11.960/2009: Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

Diante do exposto, acolho a impugnação e decreto a redução do valor da execução, mediante a exclusão de prestações pecuniárias de julho de 2015 em diante, inclusive, e mediante modificação do critério de correção monetária das prestações vencidas, mediante aplicação dos índices oficiais de remuneração básica de juros aplicados à caderneta de poupança.

Sigam os autos à Contadoria, desde logo, para revisão do valor.

P.R.I.

São Carlos, 07 de outubro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**